

30 Boas notícias vêm do exterior

Para um país que entrou em crise movido pelas dificuldades com a dívida externa, não deixa de ser curioso: as melhores notícias para a economia no primeiro semestre chegaram do exterior. O saldo comercial superou os US\$ 7 bilhões, ficando em valores semelhantes aos de 1991. A captação de investimentos estrangeiros para as bolsas duplicou de US\$ 760 milhões nos primeiros quatro meses em 91 para US\$ 1,4 bilhão de janeiro a abril. Somadas as diversas modalidades de captação, chegou-se a US\$ 6,8 bilhões, mais da metade do captado em 1991 (US\$ 11,6 bilhões).

Como um paciente em convalescença, entretanto, a economia não suporta doses tão grandes, mesmo que de boas notícias. A concentração no curto prazo da maior parte da captação (43%) em bônus de dois a três anos para resgate e a participação de apenas 16% dos investimentos no setor produtivo, de resgate mais lento, obrigaram (e obrigam) o governo a tratar com cautela a entrada de recursos. As medidas de controle do governo para diminuir os empréstimos externos pelas empresas são consideradas aceitáveis inclusive por duas instituições críticas da ortodoxia monetária do ministro Marcílio Marques Moreira: os institutos de economia da Unicamp e da UFRJ.

Por trás das providências adotadas pelo governo está um problema apontado pela economista Maria da Conceição Tavares, professora aposentada da UFRJ. A dívida externa é pública mas as receitas de exportação, na maior parte das vezes, são de empresas privadas. "Não há, no Brasil, algo semelhante ao petróleo para a Venezuela ou o cobre para o Chile, um produto exportável sob controle estatal", argumenta. Assim, a compra das reservas cambiais em moeda forte exige a emissão de títulos e o endividamento interno do governo para evitar a emissão de moeda.

Na prática, de acordo com a advertência dos economistas da UFRJ e da Unicamp, o governo troca uma dívida externa cada vez mais barata por uma dívida interna cada vez mais cara. Coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PEA), Cláudio Considera admite a dificuldade vivida pelo governo, mas diz que não existe opção até que aconteça a reforma fiscal.

Mais balanço do semestre na página
